

1 PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES
2 MINEIROS DO MÉDIO RIO GRANDE.

3 Ata da 2ª Reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio
4 Rio grande – GD7, realizada em 12 de abril de 2019.

5 Em 12 de abril de 2019, reuniu-se o Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica dos
6 Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande – GD7, na Câmara Municipal de São José da
7 Barra, Travessa Ary Brasileiro de Castro, 272, Centro – São José da Barra - MG.
8 Compareceram os seguintes Conselheiros Titulares e Suplentes - **representantes do**
9 **Poder Público Estadual:** Everaldo Borges da Costa (T) – Rep EMATER, Tenente
10 Eurípedes Teófilo de Souza (S) – Rep. PMMG, Bethânia Pimenta Cardoso (T) – Rep.
11 IEF, Suelen Daiana Oliveira Canela (T) – Rep. SES, Juraci Júnior de Oliveira (T) –
12 Rep. EPAMIG, Leonel Satiro de Lima (T) – Rep. SEAPA - **Representantes do Poder**
13 **Público Municipal:** Cleiton Vitoriano de Oliveira (T) – Rep. PM de Ibiraci, Osmany de
14 Paula Campos Sobrinho (T) – Rep. PM de Jacuí, Luiz Campos Netto (T) – Rep. PM de
15 Itaú de Minas, Marcos Geovany Amorim (S) – Rep. PM de Itaú de Minas, Elimar
16 Vieira Vaz (T) – Rep. AMEG, Gabriel Neri Cruz Novais (T) – Rep. PM S.S. Paraíso,
17 Lucas Horta Maia (T) – Rep PM de Fortaleza de Minas - **Representantes de Usuários**
18 **de Recursos Hídricos:** Laene Fonseca Vilas Boas (T) – Rep. FIEMG, Cláudio Gomes
19 de Barros (T) – Rep. SINDPASSOS, Pedro Abelardo Martins dos Santos (S) – Rep.
20 SAAE Passos, Alexandre Gonçalves Fonseca (T) – Rep. Furnas Centrais Elétricas, Luiz
21 Sérgio Marques (T) Rep. COOPARAÍSO – **Representantes de Entidades da**
22 **Sociedade Civil:** Amanda Francieli de Almeida (T) – Rep. FECOM, André Luiz
23 Rodrigues (T) – Rep. SINDEFURNAS, Célio Bertelli (T) – Rep. PROBRIG, Leonardo
24 de Sousa (T) – Rep. ABES-MG. **Visitantes:** Laís Costa Campos – PM de Jacuí,
25 Fernando Baliani – SUPRAM Sul de Minas, Daniel Scold – SUPRAM Sul de Minas,
26 Pedro Henrique F. Silva – Serra da Fortaleza Mineração, Luis Cláudio de Serpa – Serra
27 da Fortaleza Mineração, Ademilson Alves da Silva – AMEG, Marcelo H. S. de Oliveira
28 – SAAE/Passos, Maurício Mayor – CODEMA de Ibiraci, Leonardo B. Carrijo –
29 PROPRIG, André Luiz Lemos da Silva – Vice-Prefeito de São José da Barra, Rubens
30 Luiz Negrão – Aposentado de Furnas, Paulo Sérgio Leandro – Prefeito de São José da
31 Barra, Jean Carlos de Camargo – PM de São José da Barra, Fabiana J. de Carvalho –
32 Câmara Municipal de São José da Barra, Mauri Nicolini Mariano – COPASA – MG,
33 Baltazar A. da Silva – Vereador de São José da Barra, Adélcio Macedo – Vereador de
34 São José da Barra, Lázaro Antonio da Silva – Vereador de São José da Barra, Deusmar
35 Raimundo de Moraes -Vereador de São José da Barra, Régis Cardoso Freire – Vereador
36 de São José da Barra. **Assuntos em Pauta: Item 01 - Abertura pelo Presidente do**
37 **CBH GD7 e verificação de quórum** – André convidou o Presidente da Câmara
38 Municipal de São José da Barra o Sr. Deusmar para pronunciar seus apontamentos a
39 respeito da reunião. Deusmar cumprimentou a todos e agradeceu a presença. André
40 ressaltou a intenção de apresentar o Comitê, como ele funciona, qual sua área de
41 abrangência, os assuntos que são tratados e desenvolver um trabalho em conjunto, servir

42 aos 22 municípios de nossa abrangência. Informou que o Comitê faz parte da Secretaria
43 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), é um órgão
44 colegiado e deliberativo nos assuntos que diz respeito à água, um assunto importante,
45 pois sem água não há vida, não há progresso, não há desenvolvimento econômico, não
46 há civilização. André (Presidente CBH D7) convidou o Prefeito Sr. Paulo Sergio para
47 fazer a abertura da reunião. Paulo Sergio (Prefeito) iniciou cumprimentando a todos,
48 agradeceu André pela parceria na luta em ação contra a privatização de Furnas,
49 ressaltou que é um prazer receber a todos, pediu desculpas por não permanecer na
50 reunião devido a compromissos do dia, cumprimentou os vereadores presentes e demais
51 e desejou um bom proveito na reunião. André agradeceu o prefeito e presença de
52 todos, apresentou membros da mesa diretora: vice-presidente do CBH GD7 Amanda,
53 Secretária Laene e Secretária adjunta Suelen. Solicitou que todos se apresentassem para
54 melhor interação e conhecimento dos membros do comitê e convidados. André reforçou
55 a importância da possibilidade de encontro, parcerias para uma causa nobre e justa para
56 uma boa gestão dos recursos hídricos, passou a palavra para a secretária Laene. Laene
57 verificou quórum constatando 21 instituições presentes e 20 visitantes, totalizando 41
58 presentes, em seguida deu andamento na reunião. **Item 02 – Leitura do expediente e**
59 **das comunicações da ordem do dia** – Laene fez a leitura do expediente do dia. Suelen
60 citou o ofício que foi recebido na última reunião, onde a instituição PROBRIG solicitou
61 esclarecimento do Comitê a respeito da possibilidade de Furnas estar apresentando para
62 o CODEMA da região os laudos técnicos de vistoria da segurança de barragens das
63 Usinas do setor, solicitou também se a empresa teria como compartilhar com este
64 comitê os Planos de Contingências existentes nas duas unidades Furnas, Mascarenhas
65 de Moraes e Estreito, e quais projetos de fomento, em projetos ambientais Furnas realiza
66 no nosso setor de abrangência do GD7. Inicialmente na reunião anterior o conselheiro
67 Alexandre já tinha apresentado que esses Planos de contingências (PAE), os planos de
68 atendimento e emergência já foram apresentados a todas as Prefeituras da região, foram
69 encaminhados ofícios onde foi solicitado aos órgãos de defesa ambiental as
70 providências necessárias e foi levantado o que já era realizado tem um projeto que o
71 André já havia citado na reunião anterior que é as Nascentes de Furnas, que é uma
72 iniciativa de Furnas com a ALAGO que inclui alguns dos nossos municípios, são eles
73 Alpinópolis, São João Batista do Glória e São José da Barra. Mas não temos ainda os
74 demais levantamentos de quais outros projetos ambientais tem na região. Realizamos
75 um ofício solicitando a Furnas que apresente todos esses documentos e laudos técnicos,
76 para que o Comitê apresente a comunidade interessada. André passou a palavra para o
77 Conselheiro Alexandre, representante de Furnas. Alexandre cumprimentou a todos, em
78 relação à segurança de barragens foi disparado desde janeiro/2019 comunicados, ofícios
79 para as prefeituras contendo o CD prevenção do PAE, Plano de ação de emergências,
80 onde as defesas civis irão usar esse documento para gerar o Plano para seu município,
81 cada município tem sua especificidade, conhece sua estrutura, a sua geografia. Deverá
82 elaborar um Plano e apresentar para FURNAS juntamente com as Defesas Cívicas. Foram
83 convocadas duas reuniões, onde os 12 municípios potencialmente afetados, tanto pela

84 barragem principal quanto pelo dique de Piumhi, que engloba mais 4 cidades, então
85 convidamos os 12 municípios onde compareceram apenas 3 na primeira reunião, veio o
86 pessoal responsável pela barragem, engenheiro responsável, veio um engenheiro que fez
87 o estudo de ruptura, que mostra caso aconteça, quais municípios serão afetados, onde a
88 mancha d'água vai chegar, tem que determinar a zona de alto salvamento, pontos de
89 encontro, instalações de sirenes, rota de fuga. Convocamos as 12 prefeituras para a
90 segunda reunião, somente 4 compareceram novamente, e estava presente a ANEEL,
91 participamos segunda e terça-feira da inspeção, onde a ANEEL tem um programa de
92 fazer as inspeções em todas as barragens do país, onde as principais seria até maio, e
93 todas até o final do ano, Furnas, Mascarenhas e Barreto foram contemplados e a
94 expectativa era que as defesas civis de todos os municípios potencialmente atingidos
95 tivesse presentes com a ANEEL fazendo essa intermediação, para gerar um projeto de
96 cada município desse plano. Mas Furnas vai encaminhar de novo, comunicar os doze
97 municípios convocando para uma terceira reunião. A expectativa é que todos os
98 municípios possam participar, as palestras que foram ministradas pelo engenheiro
99 responsável pela barragem tranquilizaram, o pessoal de Capitólio esteve presente na
100 primeira reunião, estavam preocupados e saíram da reunião tranquilos em relação ao
101 dique de Piumhi, foram apresentados dados, relatórios, informações técnicas da
102 barragem, fomos a Capitólio, no dique, na praia e o pessoal saiu bastante satisfeitos com
103 a segurança de barragem. Alexandre lembrou que apesar desse cenário ter coincido
104 com a ruptura da barragem de Brumadinho, antes quando houve o ocorrido em Mariana,
105 saiu um resolução da ANEEL, determinando que todas as usinas apresentasse um Plano
106 de emergência e deu um prazo para que essas usinas apresentassem, esse prazo venceu
107 em 2018, teve algumas usinas que foi em 2017 e Furnas ficou para dezembro de 2018.
108 Então Furnas apresentou o PAE, estudo de ruptura, entregou para a ANEEL em
109 dezembro, entregou para as prefeituras em janeiro, e infelizmente coincidiu com a
110 ruptura da barragem de Brumadinho, deu a entender que por causa desse ocorrido estão
111 fazendo a prestação de contas, sendo que já estava previsto. E lembrou que a barragem
112 de mineração é diferente de barragem de usinas hidrelétricas, porque o processo da
113 mineradora, aquele trabalho que eles executam vai gerar um resíduo, que é oriundo do
114 processo deles, eles tem que então dá um jeito naquele resíduo, no caso das usinas
115 hidrelétricas é nossa matéria prima é o que precisamos esta ali bem guardada e
116 conservada para poder ser utilizado. Alexandre colocou-se a disposição para quem
117 quiser informações, que será passado e-mail e telefone para responder as demandas.
118 **Item 03 – Leitura e aprovação da Ata de Reunião do dia 15/02/2019** – Não houve
119 complementações sobre a ata, assim sendo a aprovação da ata foi unanime. **Item 04 –**
120 **Deliberação de Alteração no Regimento Interno, conforme DN CERH – MG nº**
121 **52/2016, e conforme a DN CERH – MG nº 60/2018** – Laene explicou as alterações,
122 conforme a DN nº 52/2016 e DN nº 60/2018. André solicitou complementações da
123 plenária. Laene explicou o prazo para alteração, que seria de 180 dias, e que já
124 estaríamos completando 60 dias. Pedro Abelardo considerou a respeito das
125 justificativas, quanto à validade na impossibilidade da pessoa não poder participar. O

126 Conselheiro Luiz Sérgio (COOPARAÍSO) falou sobre a complexidade de formação dos
127 conselheiros, que não se forma conselheiro de uma hora pra outra, e que a parte de
128 penalidade não leva a nada. Sua opinião sobre a representatividade, onde todos têm seus
129 problemas e o suplente serve é para isso, não é através de penalidades que irá formar
130 conselheiros participativos, com conhecimento para tomar decisões, não concorda que
131 seja através de penalidade que resolva o problema. Laene explicou que o IGAM trouxe
132 essa nova legislação, pois tem o suplente e estava tendo o esvaziamento da plenária,
133 então se não começar a penalizar nós não podemos trocar os conselheiros, em algumas
134 cadeiras, não são todas, nós temos dificuldades de conselheiros para participar. É uma
135 forma de trazer outras pessoas que tem interesse e não será punido 100 % das faltas,
136 temos no regimento 3 faltas seguidas ou 6 alternadas durante o mandato, no caso de
137 doença não há periodicidade grande, então seria 1 falta, titular não pode ir a reunião
138 teria o suplente, para que não seja contabilizada a falta. O comitê tem 6 reuniões no ano,
139 se o conselheiro não participar de 4, sua presença não esta sendo efetiva na plenária. Se
140 o titular faltar e o suplente estar presente a instituição tem a representatividade. O
141 calendário esta sendo feito ao final do ano para que todos possam se programar com
142 antecedência e tentar acompanhar o calendário. Entendemos que tenha uma dificuldade
143 de sair, mas o calendário foi feito antecipadamente para cada um se programar. André
144 reforçou a compreensão em relação à necessidade de atuarmos em todas as reuniões
145 com todos os andamentos, parabenizou o SAAE pelo comparecimento sempre frequente
146 nas nossas reuniões, tem o SAAE como protagonismo no Comitê. Juraci (EPAMIG)
147 ressaltou que as entidades tem que passar a ter consciência dessa participação, com essa
148 flexibilidade de você ter o suplente representando a entidade, isso da pra conciliar
149 quando um não vai o outro pode ir. São poucas reuniões no ano a gente pode esta
150 esbarrando com problema de quórum para esta instituindo realmente a nossa reunião.
151 Retornou a comentar a respeito das representatividades das prefeituras no conselho,
152 percebe que elas não estão realmente mandando seus representantes, não estão tendo
153 interesse na participação e como se trata de poder público municipal existe uma
154 necessidade muito grande de qualquer representante aqui, ela tem que esta envolvida,
155 interagindo com tudo que ocorre na utilização e proteção dos recursos hídricos. André
156 informou o trabalho contínuo de aproximação com as prefeituras, essa reunião foi
157 marcada aqui para realmente estarmos nos apresentando ao poder público municipal de
158 São José da Barra, assim como em todas as demais reuniões que acontecerão ao longo
159 desse ano, então é uma maneira que encontramos de divulgar o comitê. É claro que
160 precisamos entrar em contato com os municípios que não comparecem nas reuniões,
161 porque assim vamos ganhar quórum, acredito que essa aproximação é necessária ela é
162 feita forma tímida, é um trabalho político muito importante, mas devido a uma série de
163 limitações, tempo e disponibilidade, não podemos sair visitando todo mundo de maneira
164 consistente para fazer maneira clara e presente para todo o poder municipal da região.
165 Essa reunião é uma tentativa de aproximação. Pedro (SAAE) ressaltou que as
166 instituições tem que ter a responsabilidade de participação para saber o que acontece no
167 meio ambiente do município. Luiz Sérgio (COOPARAÍSO) opinou que a Secretaria

168 Estadual do Meio Ambiente deveria fazer a parte de buscar mais participação, pois o
169 comitê sozinho não consegue, e o Estado teria mais poder em conseguir essa atenção.
170 Devem-se usar os lados legais, usar a secretaria de meio ambiente, pois é um assunto
171 complexo. O Comitê penalizar não vai resolver nada, poderá até esvaziar o conselho.
172 André recebeu a sugestão de encaminhar ofícios a Secretaria do Meio Ambiente e a
173 todas as prefeituras em cópias para convocar a apresentar seus representantes no nosso
174 comitê. Célio Bertelli (PROBRIG) incluiu um recorte onde o GD7 faz parte de um
175 Plano de ação nacional das espécies ameaçadas de peixes, isso é um programa do
176 governo federal através do Ministério do Meio Ambiente que esta vinculado ao instituto
177 Chico Mendes, e a sede dessa pesquisa desse movimento de proteção das espécies fica
178 em Pirassununga, que é um órgão federal, Centro de Pesquisa de Peixes Tropicais da
179 América e do Caribe, fizemos esse recorte pega até Furnas vai vários municípios
180 fazendo parte do GD7, e como todas as atividades foram feitas em Brasília, mais do
181 lado do Estado de São Paulo, houve na última plenária nossa, a reivindicação de que
182 fizéssemos do lado de Minas Gerais, nós teremos em agosto sediado em Furnas esse
183 encontro técnico do Plano de ação Nacional das espécies ameaçadas de peixes, existe
184 um site que tem toda essa descrição, conceitos e definições do programa que é junto
185 com o governo federal e demais instituições ligadas, e nós vamos convidar o GD7 para
186 fazer parte desse grupo, aqueles que são da área técnica de pesquisa poderão estar
187 vinculadas ao apoio e estudo do PAN, vocês irão receber oficialmente o convite. André
188 agradeceu o convite, e informou que será registrado em ata. Foi aberta a votação
189 havendo 02 votos contra. Sendo pela maioria presente aprovada a deliberação.
190 **(Observação:** Posteriormente a reunião foi constatado que devido ao quórum para
191 deliberações que alteram o Regimento Interno precisar de 2/3 dos conselheiros
192 presentes, a deliberação da pauta não poderia ter sido deliberada, pois haviam 21
193 conselheiros presentes e não 22 para conferir o quórum para deliberação desse assunto).
194 **Item 05 – Apresentação do Controle de Faltas dos conselheiros** – Foi apresentado o
195 controle de faltas para todos os conselheiros. **Item 06 – Comunicado aos conselheiros**
196 **das respostas dos Ofícios encaminhados aos órgãos competentes sobre atividades**
197 **minerárias e de geração de energia elétrica** – Foram encaminhados os Ofícios aos
198 seguintes órgãos: Secretaria do Estado de Meio Ambiente e desenvolvimento
199 Sustentável (SEMAD), Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), Agência
200 Nacional de Mineração (ANM), Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL,
201 Agência Nacional das Águas (ANA), Ministério Público Estadual (MPE) e Ministério
202 Público Federal (MPF). A ANA retornou explicando como vem tratando essa questão
203 das barragens, detalhando as barragens que constam no sistema através de uma planilha,
204 onde foi feito um filtro de seleção das barragens existentes em nossa região. Será
205 encaminhado aos e-mails dos conselheiros para que vejam de forma mais clara. André
206 passou a palavra para o representante do empreendimento da Serra da Fortaleza
207 Mineração para que explanasse sobre os andamentos das atividades em Fortaleza de
208 Minas, Pedro Henrique (Serra da Fortaleza Mineração) cumprimentou a todos, e iniciou
209 esclarecendo a questão de constar nos dados da planilha da ANA outro nome do

210 empreendimento, a cessão de direitos minerários ainda não tinha sido passado a Serra da
211 Fortaleza Mineração e Metalurgia, essa cessão foi cedida mês passado, no final do mês,
212 então não poderia ter feito a alteração no nome. Hoje temos a responsabilidade sobre a
213 barragem. E sobre a situação da barragem, no dia 27/03/2019, a Geoconsultoria, que é
214 uma empresa que prestava serviço para a Nexa, e hoje vai prestar serviço para a Serra
215 da Fortaleza, emitiu um relatório de estabilidade da barragem, informando que a
216 barragem não recebe rejeitos desde 2013, é uma barragem seca, a única água que a
217 barragem recebe é a água da chuva, tem um sistema de drenagem da água da chuva,
218 hoje tem um espelho dentro da barragem de água que cai da chuva que desce pela tulipa
219 e é drenada, tem medição de 140 instrumentos, quando não tem chuva eles estão
220 praticamente todos secos, no período de chuva alguns apontam um nível de água e
221 quando cessa a chuva seca novamente. É uma barragem estável, há declaração de
222 estabilidade pela Geoconsultoria, as providencias para as adaptações estão sendo
223 tomadas, houve a visita de fiscalização da NPM, da ANM, de uma empresa que irá
224 apresentar proposta de projetos para as adaptações que deverão ser feitas instalações de
225 sirenes, atualização de Plano emergencial da barragem, sendo feito todas as adaptações
226 todos terão ciência e hoje como representante da empresa Pedro se colocou a disposição
227 de todos para sanar as dúvidas. André agradeceu a presença, convidou a empresa a se
228 credenciar ao comitê junto ao IGAM, pois é uma empresa que causa um impacto grande
229 na nossa geografia. Foi perguntado qual a diferença da barragem de rejeito para a
230 barragem de hidrelétricas em termos de segurança? André respondeu que a barragem
231 para aproveitamento hidrelétrico ela é feita com solo, cimento e a composição desse
232 barramento têm argila e concreto, a compactação desse material é muito mais intensa do
233 que no caso de uma barragem de rejeito. E os estudos geológicos são feitos previamente
234 já compreendem uma série de impactos físicos que o barramento vai sofrer ao longo do
235 tempo e que pode vir a sofrer ao longo do tempo, com o peso da água, com as cheias,
236 enfim existe um cuidado de engenharia muito mais profundo no caso de uma barragem
237 para aproveitamento hidrelétrico devido à confiabilidade que ele precisa ter para o
238 próprio empreendimento gerar energia elétrica. Uma barragem que esta fraturada,
239 estruturalmente comprometida, simplesmente para o empreendimento, deixa de gerar
240 receita, deixa de produzir, a literatura especializada diz que a barragem de um
241 empreendimento hidrelétrico é um ativo da empresa, a barragem de minério é
242 considerada um passivo, as barragens de rejeito elas são mais comprometidas do ponto
243 de vista estrutural, tanto é que o acompanhamento tem que ser muito mais de perto
244 existe uma preocupação constante e muito mais estruturada, o risco é permanente, o que
245 há é o controle dele. No caso da vale em Brumadinho, percebe-se de forma muito clara,
246 o cuidado não foi o suficiente para controlar o risco. Laene deu andamento aos retornos
247 dos ofícios, a ANM informou que fez uma vistoria no dia 20/02/2019 e constatou que
248 existe o risco, mas esta controlado, a barragem esta estável, e não tem nada a
249 acrescentar. O MPF colocou-se como grande parceiro assim como o MPE do comitê se
250 colocou a disposição para todos os encaminhamentos que vierem acontecer desse
251 comitê para que as coisas sigam. André informou, que o coordenador da regional do

252 MPF, Rodrigo Grava, disse de forma clara a intenção, que querem propor, não punir,
253 tudo que pode ser feito para ajudar as prefeituras, ajudar o poder público, ajudar as
254 empresas, a se colocarem em ordem em cumprimento da legislação, irão fazer.
255 Comprometeu-se em reunir com a gente, com todos os interessados, com presidente da
256 AMEG. André ressaltou sobre o ponto de contato com a AMEG através do auxílio que
257 o Elimar proporcionou nossa sede hoje é na AMEG, então a figura do presidente da
258 AMEG é fundamental para que de segmento a esses bons entendimentos. Nós do
259 Comitê já fizemos duas reuniões com essa questão dos resíduos sólidos, que
260 compromete muito a qualidade da água. É uma coisa que estamos nos empenhando para
261 implementar que é uma política nacional de resíduos sólidos, que vai colaborar com a
262 política nacional de recursos hídricos. Laene deu segmento nos assuntos. Luiz Sérgio
263 (COOPARAÍSO) comentou que o comitê como representa a região inteira o impacto
264 com o acidente, todos seremos envolvidos, quanto mais conhecermos isso é melhor,
265 agora essas respostas desses órgãos estão vagas de mais, eles tem que popularizar isso
266 para nós, pois a população da região pergunta, e temos como resposta que esta estável, o
267 que é estar estável? Não pode ser tratado dessa maneira, somos atores importantíssimos
268 na região, usar esse fórum, esse comitê, para demandar coisa séria, tem que explicar
269 tecnicamente, esses instrumentos que tem lá, como o pizômetro, o que é isso? Pois
270 falaram que o da Vale, uma das maiores mineradora do mundo, estava funcionando e
271 rompeu, dando justificativas que não podemos aceitar mais. A população que sofre.
272 André comentou que a presença das pessoas interessadas nesse tipo de empreendimento,
273 é importante que eles se esclareçam essa é a função dessa reunião, é para
274 esclarecimento, informação, discussão, é pra isso que estamos aqui, o representante da
275 SEMAD vai nos falar sobre isso em breve. Pedro (EXTRATIVA) explanou que a
276 empresa faz inspeções diárias na barragem, as inspeções que são obrigatórias, (as
277 diárias, as semanais, as mensais) e a empresa hoje esta a disposição para quem tiver
278 qualquer dúvida, de todas as pessoas presentes ou as que não estão presentes, quem
279 quiser ver algum documento, que quiser visitar a empresa, conhecer a barragem, a Serra
280 da Fortaleza esta de portas abertas, pessoa técnica, pessoa que não tem conhecimento
281 técnico, queiram levar um técnico para visitar a barragem, a empresa esta a disposição.
282 André agradeceu e lembrou que as pessoas ficam preocupadas, e que é natural que elas
283 queiram saber, a repercussão de qual falha, de qualquer problema que as afeta
284 diretamente tendo em vista tantas catástrofes, tragédias que já aconteceram no mundo, e
285 aqui no Brasil recentemente. Juraci (EPAMIG) fez uma colocação, em complemento ao
286 que o conselheiro Luiz Sérgio falou, o que se percebe hoje é uma diferença absurda,
287 quando você pensa na constituição de uma barragem, como passivo, de uma usina
288 hidrelétrica pelo histórico de rompimento de uma barragem desse nível mundial e o que
289 ocorre hoje com a constituição de uma barragem de resíduo passivo e não o ativo então
290 vemos pela constituição dessas barragens a época que foram constituídas de uma
291 infraestrutura inadequada não é um risco controlado, é um potencial iminente de uma
292 catástrofe, pois ali esta uma barragem com uma estrutura, por questões naturais ou não,
293 elas vão se romper, hoje verifica que um desastre natural pode causar um rompimento,

294 mas percebe se nesse tipo de barragem de rejeito basta um índice pluviométrico mais
295 abundante pela forma de armazenagem desse material isso já é um risco de rompimento,
296 então não adianta quem não entende visitar, não esta tudo em ordem, esse tipo de
297 barragem, a empresa responsável deveria ter um plano de desativação e destinação
298 desse resíduo já que ele é um passivo eles tem que da um jeito, tem que sumir com isso
299 dali, pois esta armazenado a céu aberto, índice pluviométricos mais alto podem causar e
300 a base dessa estrutura é insignificante comparada com estrutura de engenharia,
301 comparada com uma usina hidrelétrica. André esclareceu que por norma da Secretaria
302 Estadual do Meio Ambiente as barragens de rejeitos construídas nesse tipo de Fortaleza
303 de Minas, construção a montante, ela esta sendo descontinuada, em todo o Estado de
304 Minas Gerais, e agora recentemente existe uma iniciativa legislativa que esta banindo
305 esse tipo de uso, então existe um processo legislativo em curso que esta trazendo essa
306 inovação. Pedro (EXTRATIVA) concordou e explicou que existem várias leis
307 relacionadas a barragens a montante e mesmo que não tivesse deixou claro que a
308 unidade de Fortaleza de Minas não tem interesse nenhum de reativar a barragem, então
309 desde a compra o interesse nunca foi exploração da mina a céu aberto e subterrânea, tem
310 outros projetos da empresa e mesmo se houvesse o interesse hoje de explorar a mina,
311 não poderia mais, porque foi extinto por lei as barragens do tipo montante. E tem um
312 prazo estabelecido para a paralisação de todas as barragens desse tipo. Laene explicou o
313 que foi solicitado a ANM e fez uma imersão de pauta. **Item 07 – Explicação da**
314 **SUPRAM sobre o Ofício n. 002/2019, encaminhado a SEMAD, sobre informações**
315 **da barragem de rejeitos de minério de Fortaleza de Minas** – Laene solicitou aos
316 representantes da SUPRAM Sul de Minas, Daniel e Fernando para que fizessem a
317 explicação a respeito das informações que foram enviadas como resposta ao ofício que
318 o CBH GD7 encaminhou solicitando informações sobre a barragem de Fortaleza de
319 Minas. Fernando Baliani, Diretor regional de regularização ambiental da Supram Sul de
320 Minas, complementou sobre a diferença de barragem para geração de energia elétrica e
321 mineração, falando sobre a forma de construção, a barragem de rejeito tem 3 formas de
322 construção, a montante, linha de centro e a jusante. A jusante é a que tem o maior nível
323 de segurança, e a menor segurança a montante, e muitas vezes o método a montante a
324 barragem é construída com o próprio rejeito seco, enquanto que a barragem de geração
325 de energia elétrica é feita com concreto e argila tem um projeto de engenharia mais
326 robusto até por ser um ativo da empresa. Trazendo algumas informações atuais e
327 rememorando Fernando citou sobre o Art. 5º da Constituição, onde fala que ninguém é
328 obrigado a fazer ou deixar de fazer nada se não por força de lei. Então como órgão
329 ambiental não tem força suficiente pra vedar uma construção de uma barragem a
330 montante é necessária que seja inovado por um instrumento de lei e isso aconteceu
331 agora, a Lei 23.291/2019 ela veda a construção de barragem a montante no Estado de
332 Minas Gerais, e paralelo a isso também foi emitido uma resolução conjunta
333 SEMAD/FEAM 2784 agora de 21 de março de 2019 que dá um prazo para que os
334 empreendimento que possui barragens construídas no método a montante e que estejam
335 inativas que apresentem dentro de 3 meses, 90 dias um cronograma de desativação e

336 recuperação dessa barragem, além do que já foi comentado por Pedro, o prazo de 3 anos
337 para quem quiser continuar operando esse tipo de barragem tem que apresentar uma
338 nova tecnologia para poder processar o bem mineral e dispor o rejeito, e não o método
339 de barragem a montante. Então são inovações mediante Leis, resolução, que tivemos
340 recentemente em Minas Gerais isso trás vários impactos no ponto de vista de meio
341 ambiente, arrecadação, inovação tecnológica, e refletirá até em questão em nível de
342 pesquisa pois as empresas vão ter que buscar alternativas tecnológicas para poder
343 manter o custo de produção. Fernando colocou-se a disposição para esclarecimentos e
344 perguntas, e passou a palavra para Daniel Scold, coordenador do Núcleo de Controle
345 Ambiental, explicou rapidamente o que é Núcleo informando que fica ligada a
346 secretaria de fiscalização, então todo empreendimento licenciado ele é de
347 responsabilidade de monitoramento pelo Núcleo de Controle Ambiental, hoje no núcleo
348 tem 4 funcionários para fiscalizar mais de 1200 processos que são licenciados no sul de
349 minas, anualmente faz-se um plano anual de fiscalização aonde os processos são
350 escolhidos a partir de uma filtragem feita pela secretaria e o empreendimento no caso de
351 Fortaleza de Minas ele foi selecionado no PAF de 2017 foi onde o núcleo pela primeira
352 vez após a revalidação da licença do empreendimento em 2015 foi realizado essa
353 primeira fiscalização , então em um primeiro momento o empreendimento ainda era da
354 Votorantim Metais, foi feito uma fiscalização no empreendimento como um todo,
355 inclusive adentrando a mina subterrânea até o final da rampa compreende hoje em torno
356 de 5 km foi feito todo um levantamento das condicionantes do cumprimento do parecer
357 único, na primeira visitação o órgão verificou que o empreendimento precisava de
358 algumas adequações haviam alguns lançamentos de efluentes fora dos padrões, e o
359 empreendimento sofreu autuação em função desses lançamentos, além disso o núcleo
360 hoje ele tem todos os dados de lançamento de monitoramento do empreendimento
361 tabulados então temos um documento interno onde tem todas as anotações de
362 lançamentos de efluentes de monitoramento de emissões atmosféricas, monitoramento
363 de ruídos, o empreendimento ainda faz monitoramento de fauna, então tudo isso é
364 tabulado, esses documentos a partir do momento que são protocolados no órgão
365 ambiental eles são documentos de domínio público, então se os conselheiros quiserem
366 conhecer o alto monitoramento da empresa o processo esta disponível para pedidos de
367 vistas, a segunda fiscalização que é o alvo hoje aqui, que foi a solicitação que o comitê
368 fez para a SEMAD, que foi a fiscalização realizada a 2 meses atrás, foi feita a
369 fiscalização, Pedro foi o responsável que acompanhou, nessa fiscalização não foi feito
370 o adentramento na mina porque achamos que não seria necessário e mesmo porque para
371 ser feito existe uma série de medidas de segurança por decisões a serem tomadas, uso de
372 equipamentos de segurança, o empreendimento não dispunha desse aparato para que se
373 fizesse o adentramento da mina, em favor da segurança não houve o adentramento,
374 Pedro nos informou que o empreendimento não tem interesse de retomar as atividades
375 minerárias, que o atual empreendedor fez a aquisição do empreendimento para que ele
376 operasse o forno elétrico que existe lá para produção de liga metálica, com relação a
377 questão da segurança das duas barragens que existe hoje no empreendimento, o núcleo

378 de controle ambiental ele não faz a fiscalização desse mérito, hoje existe uma nova
379 legislação para a questão de segurança de barragens, o NUCAN não faz avaliação desse
380 mérito. Ele faz avaliação do mérito se o empreendedor esta cumprindo as
381 condicionantes estabelecidas na licença ambiental. Obviamente se houver alguma
382 condicionante que remeta a segurança de barragem o NUCAM vai acionar o setor
383 responsável do órgão ambiental por fazer essa avaliação, o que foi verificado é que o
384 bombeamento da mina foi paralisado por um período pequeno, esse bombeamento foi
385 verificado junto ao cumprimento de condicionantes e empreendedor e a paralisação
386 desse bombeamento de água subterrânea da mina não causou dano ao meio ambiente,
387 esse bombeamento é justamente para viabilizar a entrada na mina, como hoje não existe
388 o interesse na retomada das atividades minerarias provavelmente o empreendedor vai
389 fazer o descomissionamento da mina, é um processo que não é imediato, havia uma
390 alegação de que havia o risco de transbordamento da cava da mina, de enchimento da
391 cava da mina, esse transbordamento vai levar talvez em torno de 4 séculos para que haja
392 enchimento total da cava da mina existe uma estimativa desse tempo para ser feito o
393 enchimento, não foi verificado a procedência da denuncia que foi feita pelo poder
394 legislativo de Fortaleza de Minas, o relatório técnico esta disponível para leitura dos
395 conselheiros e o núcleo esta a disposição para perguntas. André agradeceu a Daniel e
396 Fernando a explanação, perguntou inicialmente sobre lançamento de efluentes sólidos,
397 no relatório do auto de fiscalização foi conhecido que há uma contaminação por
398 manganês. Daniel respondeu hoje no empreendimento existe uma pilha de estéril e
399 existe alguns poços subterrâneos de monitoramento dessa pilha de estéril, tem que
400 entender o seguinte o minério níquel no caso de Fortaleza de Minas ele é um de origem
401 sulfetato na sua composição química mineralógica ele tem sulfato e sulfetos na sua
402 composição química então tem que distinguir o que é a origem geológica do local que
403 chama de Breaking ground e o que é realmente contaminação do empreendimento. Por
404 isso existem esses poços de monitoramento para verificar se a contaminação que esta no
405 subsolo é proveniente da geologia do local ou da empresa. No caso da contaminação por
406 manganês provavelmente é pela operação passada da mina então isso tudo esta previsto
407 no processo de descomissionamento do empreendimento, essa avaliação de risco esta
408 proposta nas condicionantes e o empreendedor tem que continuar monitorando. E o
409 órgão ambiental vai fazendo as leituras e à medida que perceber que a contaminação é
410 persistente e o empreendedor não esta tomando as medidas cabíveis é passível de
411 autuação. A princípio as atividades minerarias estão todas paralisadas mas mesmo assim
412 o empreendedor tem que continuar monitorando as águas subterrâneas e o subsolo do
413 empreendimento. André perguntou a respeito de a região fazer parte do Rio São João,
414 que é um dos rios importantes da nossa Bacia, abastece vários municípios. Qual o
415 comprometimento do rio São João em relação a esses efluentes? Daniel explicou que
416 tem que diferenciar, pois a empresa hoje tem uma rede de monitoramento muito extensa
417 de águas superficiais também, e essa rede monitora parte ecológica, e mesmo análise
418 físico e químico das águas superficiais, existe um monitoramento que é de lançamento
419 dos efluentes, por a empresa esta com as atividades paralisadas não existe lançamento

420 de efluentes de atividade industrial, então o córrego não esta sendo prejudicado pela
421 empresa. Mas existem alguns parâmetros fora do padrão talvez em função do ciclo
422 hidrológico que existe na região. Por exemplo, como ferro, sólidos suspensos percebe
423 que eles tendem a aumentar no período chuvoso e voltam à normalidade no período
424 seco. Então hoje o órgão esta atribuindo alterações em função do ciclo hidrológico.
425 Inclusive isso esta sendo observado a 4 ciclos hidrológicos, ou seja a 4 anos. Quando
426 faz a tabulação dos dados, os gráficos percebe essa variação coincidente com o ciclo
427 hidrológico. Fernando fez um adendo contribuindo com informações que
428 inevitavelmente quando se tem um cenário que tem um minério obviamente por
429 questões geológicas aquele entorno é rico seja na água subterrânea ou superficial, no
430 solo ou ate mesmo nas plantas vegetais, então por exemplo, no cenário da empresa, o
431 níquel, manganês, ferro e os metais que são extremamente danosos e tóxicos a saúde
432 humana são bem conhecido e detalhados. Por exemplo, o mercúrio, chumbo, cádmio. A
433 questão do ferro na água a principio ele confere um prejuízo organoléptico. Daniel
434 voltou em relação à contaminação com manganês informando que existe uma legislação
435 hoje para qualidade de água subterrânea e teores de contaminantes no solo que é a DN
436 002, o órgão ambiental compara os valores dos metais que tem na água, dos
437 contaminantes que tem na água com essa planilha, se esses valores estiverem acima que
438 significa o risco imediato à saúde humana ou a ao meio ambiente, significa que o
439 empreendedor tem que proceder a um monitoramento e talvez posteriormente uma
440 remediação da área, então é um indicativo para ser tomada uma decisão em favor do
441 meio ambiente e da segurança. André citou uma parte do texto no relatório onde dizia
442 que mediante o exposto considera-se que a condicionante de alto monitoramento foi
443 descumprida com degradação ambiental. Daniel confirmou que foi lavrado o auto da
444 infração. André então reafirmou que há o descumprimento e há providencias, e
445 perguntou quais são? Daniel passou a palavra para o representante da Serra da Fortaleza
446 mineração para que falasse sobre as providencias. Pedro explicou que recebeu a
447 notificação da SUPRAM e hoje tem uma engenheira responsável pelo meio ambiente,
448 que esta cuidando desse caso, essa autuação foi no período da outra empresa, sendo
449 assim não pode dar mais informações. Pedro informou que de direito assumiram a
450 poucos dias, mas a empresa assumiu a vários meses o empreendimento, o que pode
451 informar que é do conhecimento, tem 21 condicionantes junto a SUPRAM, e a analise
452 dessas águas são feitas , não há lançamento de nenhum efluente industrial, então 98% da
453 água é recirculada , tem-se uma barragem de água recirculada antes da barragem de
454 água bruta, e essa barragem vai e retorna, como não tem a exploração da mina não tem
455 emissão de resíduo sólido mais na água. Daniel reforçou que para o NUCAN é
456 indiferente se é a Votorantim ou Serra da Fortaleza mineração, o que queremos saber é
457 se a empresa esta cumprindo com as condicionantes sim ou não. Esta havendo
458 degradação ambiental, sim ou não. E quais medidas vão apresentar. Essa é a função do
459 NUCAN. Autuar no que a lei diz, se o padrão de manganês esta acima tem que solicitar
460 ao empreendedor uma ação corretiva. Pedro confirmou que a autuação foi recebida pela
461 Serra da Fortaleza foi encaminhada a engenheira responsável pelo meio ambiente,

462 encaminharam para o jurídico da empresa que já deu a resposta para SUPRAM
463 referente à autuação. Daniel explicou que o tramite funciona da seguinte forma, o
464 NUCAN faz a infração e o processo é encaminhado para Núcleo de Auto Infração e o
465 acompanhamento da defesa é feito por eles. Hoje estão com poucos funcionários então
466 há uma fila para serem analisados os processos. A partir do momento que o processo é
467 analisado ele volta ao NUCAN para ser feita a avaliação da resposta. André solicitou
468 um retorno sobre os desdobramentos tanto do empreendimento como da SEMAD.
469 Daniel (SUPRAM) providenciara o retorno desse desdobramento. Luiz Sérgio
470 (COOPARAÍSO) perguntou que mesmo que estejam níveis de padrões acima, isso é
471 acompanhado pelo NUCAN também? A parte dos descomissionamentos. Daniel
472 respondeu que é acompanhado não somente pelo NUCAN, mas também pelo órgão
473 ambiental de uma forma geral. No descomissionamento irá atuar na barragem outros
474 atores do sistema estadual do meio ambiente. Lembrando que na primeira fiscalização
475 foi informado ao órgão ambiental que desde quando o empreendimento foi instalado em
476 Fortaleza de Minas a previsão de vida útil da mina era em torno de até 2027, então o
477 órgão ambiental já fez o licenciamento com a previsão do descomissionamento
478 completo dessa mina. O órgão ambiental esta acompanhando essa questão. Fernando
479 (SUPRAM) informou que quando tem fechamento de uma unidade de mineração é
480 apresentado um PRAD (Programa de Recuperação de Áreas Degradadas), aliás, são
481 dois documentos se o empreendimento for classe 1,2,3 ou 4 é um PRAD um documento
482 onde apresentam um estudo, as ações que devem ser tomadas durante o período de
483 tempo para garantir a recuperação e a conceitação daquela área no contexto ambiental.
484 Se o empreendimento for classe 5 ou 6 ai ele apresenta o PAFEM (Plano de
485 Fechamento de Mina), tem-se uma gerencia na FEAM de áreas degradáveis que
486 acompanha esses fechamentos e recuperação de áreas de mineração. Existe uma
487 expectativa de iniciar o programa de descomissionamento, então essa gerencia será
488 acionada para avaliar o acompanhamento. Luiz Sérgio comentou que acha interessante
489 em função dos acidentes à mineração esta em cheque, a engenharia mineral terá que
490 avançar muito para dar respostas a população, como comentou muito na mídia, esses
491 órgãos do governo tem que instruir as populações sobre essas coisas que não é de uma
492 hora pra outra que se consegue para não ter um alarde, por que senão as pedras vão ser
493 jogadas na mineração em qualquer instancia. Porque o que aconteceu, tem que ter um
494 trabalho de comunicação com a população sobre isso, fechamento de mina,
495 descomissionamento, passivo, mineral. Tem que ter um avanço na engenharia para dar
496 segurança para todos nós, então no ponto de vista de vidas humanas como degradação
497 do meio ambiente, parabenizou o comitê por proporcionar esse momento de discussão,
498 se possível formar grupos de técnicos com condições de avaliar para depois passar para
499 todos para que tenha validade, por isso existem comissões técnicas no comitê. Um
500 grupo que contrata consultores para chegar aqui e dar segurança para nós por que somos
501 responsáveis por isso também. É um avanço interessante, mas temos que avançar muito
502 mais e focar nessa parte de comunicação com a população. Laene comentou que
503 conversou com o empreendedor e informou que solicitou para que encaminhasse a

504 resposta que foi encaminhada para a SUPRAM para que todos tenham conhecimento da
505 justificativa do que foi autuado. Para que possamos fazer essa comunicação paralelo
506 empreendedor, SUPRAM e comitê e ter conhecimento do que esta acontecendo. A
507 questão do grupo de trabalho, o Comitê já tem Câmara técnica e podemos criar a partir
508 dela um Grupo de Trabalho, se alguém se prontificar e o presidente quiser já fazer o
509 encaminhamento. André informou que a Câmara Técnica foi instituída, quem quiser
510 fazer parte do GT para se prontificar, ainda não tem o presidente da CT, ainda não
511 comunicaram esse fato, mas a obrigação da CT é se reunir e estabelecer um cronograma
512 de trabalho para que isso avance. Foi perguntado qual a estratégia de destino,
513 reutilização uma aplicação desse tipo de rejeito? Representante da SUPRAM informou
514 que o empreendedor que tem que definir qual vai ser a destinação do rejeito, mas no
515 momento não há respostas para isso. Fernando explanou que o resíduo ainda tem uma
516 possibilidade de valor econômico dependendo do avanço na tecnologia, o rejeito o
517 próprio nome diz, não há que ser feito. No passado na mineração de ferro quando se
518 tinha uma porcentagem de minério muito elevado eram descartados como rejeito, mas
519 agora com o avanço tecnológico as empresas começaram a perceber que reprocessar
520 esses rejeitos é interessante, então o que era rejeito a 20, 30 anos atrás hoje é minério,
521 no caso da mineração do empreendimento em pauta é minério de níquel desconhece
522 algum tipo de reaproveitamento, mas a principio hoje é tratado como uma pilha de
523 rejeito. Qual que é o final daquele contexto ali é recuperar aquela área com estabilização
524 garantida e revegetação da área até para poder ter uma formação paisagística no
525 entorno, futuramente se houver um avanço tecnológico ou uma demanda daquele
526 resíduo para produzir outro bem logicamente vai deixar de ser um rejeito e passar a ser
527 um resíduo passivo de ser reciclado, reaproveitado. Caso o empreendedor não tenha
528 alguma informação mais especifica é tratado como rejeito mesmo. Pedro (Serra da
529 Fortaleza Mineração) comentou que até o momento da fiscalização foi debatido isso.
530 Hoje o empreendimento não tem interesse no rejeito, não tem valor econômico, vou
531 tirar o rejeito e colocar onde? Construir outra barragem? O decomissionamento daquela
532 barragem hoje tem que ter um destino e é mais perigoso do que manter ela, no caso
533 dessa barragem. Não tem um estudo que comprove que o decomissionamento é uma
534 coisa fácil de ser feita, tem que fazer um estudo de caso para avaliar e verificar as
535 possibilidades. André ressaltou que a tentativa de decomissionamento da barragem de
536 Brumadinho é que causou o desastre, o que esta sendo falado procede e é validado por
537 autoridades no assunto. E realmente não é fácil, tanto é que a Vale teve esse problema,
538 ela estava reaproveitando o rejeito, reminerando aquilo, a licença ambiental estava
539 válida justamente para o decomissionamento e reaproveitamento do rejeito, tanto é que
540 houve uma classificação diferente para o novo empreendimento, até foi motivo de
541 crítica por rebaixamento da classe como criminoso, sendo que tecnicamente isso se
542 justificava agora o que não se justifica, e é um crime é que pessoas morreram então
543 ninguém precisa morrer por conta da mineração, por conta de uma atividade econômica
544 que é para trazer bem estar, progresso, tecnologia, avanço, não é pra trazer morte.
545 Representante da SUPRAM informou que o empreendimento de Fortaleza de Minas,

546 tem duas barragens, uma barragem de rejeito e uma barragem de água bruta, todas as
547 duas barragens estão cadastradas no banco de dados ambientais do órgão ambiental na
548 época do licenciamento foram cadastradas, foi apresentada a Fundação Estadual de
549 meio ambiente um relatório de estabilidade dessas barragens. A barragem de rejeito
550 hoje tem 21 metros de altura, tem uma capacidade de armazenamento de 2.000.000 de
551 m³ a cota atual dela é de 951m, na época do licenciamento uma cota autorizada de 958
552 m, a barragem de água bruta tem 21 m de altura, uma capacidade de armazenamento de
553 volume de 750.000 m³, e ela é um barramento do braço esquerdo e direito do córrego
554 Muniz, ela faz parte da dinâmica do empreendimento na época, que havia o
555 bombeamento da na cava da mina, o bombeamento vai para o tanque A do tanque A
556 passa para um tanque de água reciclada, que era utilizada no processamento do minério,
557 e desse tanque vai para essa barragem de água bruta, e ressaltando que todos esses
558 pontos são de monitoramento do empreendimento. Pedro (EXTRATIVA) explicou que
559 a questão da emissão do efluente desde a época da mineração a única diferença que
560 mudou foi à questão que antes tinha o mineirinho, era um tanque responsável por
561 sedimentação dos resíduos sólidos, os resíduos passavam por ele para a água sair mais
562 limpa, hoje a capacidade da barragem é de 4.000.000 m³ e tem por volta de 3,2 milhões
563 de m³ na barragem. André considerou os esclarecimentos da SEMAD prestados sem
564 demais perguntas dos presentes e deu segmento na pauta. Laene explicou que a Câmara
565 Técnica faz a eleição de seu coordenador e encaminha para diretoria do CBH para que
566 seja feito o contato e demais informações sobre reuniões e demandas. **Item 08 –**
567 **Resposta ao Ofício do CODEMA de Ibiraci** – Laene informou que o comitê recebeu
568 um ofício de Ibiraci sobre o andamento da estação de tratamento de esgoto, o presidente
569 fez o contato com o pessoal responsável temos os retornos. André informou que
570 conversou com o Flávio representante da COPASA, conselheiro no comitê, o Mauri
571 esteve presente representando a COPASA para explanações sobre esse assunto. André
572 prosseguiu direcionando a Mauri que houve um contato com o Flávio por telefone, onde
573 André solicitou que fizesse o andamento a uma resposta oficial ao CODEMA de Ibiraci
574 a respeito da Estação de Tratamento de Esgoto da cidade, por que há uma previsão de
575 obra implantada, existe um termo de ajustamento de conduta colocado pelo Ministério
576 Público para que a concessionária anterior realizasse o empreendimento, a COPASA
577 assumiu em 2017 o empreendimento, e fomos atrás dessa resposta, solicitou a Mauri
578 como representante da COPASA esclarecimentos sobre esse assunto. Mauri (COPASA)
579 informou que esta em fase de projeto, foi feito o levantamento topográfico e entre a fase
580 de projeto e construção há um tempo. E no momento não há condições de responder.
581 Leonardo representante da ABES no CBH, informou que o Flávio estava de férias e o
582 suplente dele estava em uma reunião em Varginha, e explanou no caso de Ibiraci, que se
583 encontra em fase de projeto, passando essa fase faz-se uma licitação para a empresa
584 executar, como se trata de uma empresa pública esse tramite acaba demorando até que
585 inicie efetivamente essa obra em Ibiraci. Ficou de retornar ao comitê respostas para
586 serem enviadas aos membros. André solicitou para que COPASA encaminhe os
587 esclarecimentos para o CBH e para o CODEMA de Ibiraci. André solicitou que o

588 conselheiro representante de Ibiraci se pronunciasse a respeito. O representante de
589 Ibiraci iniciou comentando que novamente a COPASA esta se omitindo a projeto, o
590 cronograma foi feito para esta sendo entregue a obra em 2020, então 4 anos para fazer
591 um projeto é um absurdo. Pode ter 3, 4 firmas passando por ai, mas já estamos
592 acostumados com a COPASA, fizemos fórum ambiental onde na hora da fala da
593 COPASA os conselheiros foram embora e não deram esclarecimentos para nós, o Flávio
594 propôs um projeto ambiental na captação de água, porém não saiu do papel ainda. O
595 representante de Ibiraci disse que mais uma vez a COPASA esta sendo omissa com a
596 cidade. Onde já era para ter sido retirado do ribeirão do ouro, um córrego que corta toda
597 a cidade, então a luta é por isso, o fórum foi para esclarecimentos, compareceram, mas
598 na hora de falar saíram. Em uma vistoria na captação de água não compareceram, eles
599 exploram a água, vendem e não correm atrás, estamos com processo na captação não
600 estão nem ai, o Flávio falou que ia fazer o projeto e até hoje não saiu do papel. Ia fazer o
601 plantio, já vai para 4 anos, então tirar o esgoto do ribeirão é mais interesse para nós no
602 município. Isso foi um mal contrato que foi feito pelo governo passado, de cobrar o
603 esgoto sem ter a captação. Mas vamos aguardar, e esperar o novo prefeito acatar ou não
604 mais 4 anos de espera. Leonardo pediu para formalizar esse pedido junto a COPASA,
605 André informou que pelo CODEMA de Ibiraci já houve o pedido. André comentou que
606 o comitê fez um contato por telefone com o Flávio, que é o gerente responsável pela
607 regional da COPASA, onde disse que responderia ao CODEMA de Ibiraci, e sabemos
608 que os andamentos precisam ser dados, a população precisa de uma resposta. Apesar da
609 natural ansiedade de uma resposta, conhecendo a COPASA se ela for semelhante a
610 Furnas, no que diz respeito em ser uma empresa pública, provavelmente ela esta
611 encontrando vários problemas, porque contratar dentro de uma empresa pública é muito
612 difícil, para avançar é muito demorado, depende do processo licitatório que precisa
613 preservar uma serie de princípios constitucionais, e algumas coisas ficam a desejar, por
614 exemplo, contratar empresas competentes suficientes que não abandonem o
615 empreendimento. Leonardo confirmou a respeito do processo, que devem seguir leis
616 estatais e não é desculpa quanto a obra, disse que irá retornar ao comitê. Em relação à
617 cobrança, a COPASA, faz dois tipos de cobrança, na própria conta se vê coleta e
618 disposição final, não se cobra o tratamento quando não tem, não pode fazer isso. E
619 quando tem a cobrança do tratamento na conta vem escrito coleta, distribuição e
620 tratamento. Essa informação para os clientes da COPASA é essencial, disse André.
621 Leonardo continuou, dizendo que a COPASA não cobra quando não se trata. Como ela
622 tem manutenção em redes e reparos ai ela cobra essa coleta e disposição final. André
623 pediu para o Pedro, representante do SAAE, para explicar como é feita a cobrança da
624 taxa de esgoto em Passos. Pedro (SAAE) iniciou explicando que a COPASA é uma
625 estatal mista, visa lucro, o SAAE cobra a taxa de esgoto, a taxa de disposição de esgoto
626 onde a pessoa tem o ramal ligado na porta da casa dela para coletar o esgoto, e cobra
627 uma taxa de tratamento de esgoto que nós tratamos 60% do esgoto da cidade, mas tanto
628 faz essa taxa e a outra de distribuição que é a mesma de ligação, só cobra onde
629 realmente tem, onde passa os 60% do esgoto que é tratado há a cobrança, os outros 40%

630 onde não é tratado não cobra. Agora o tratamento de esgoto ele é um tratamento
631 caríssimo às vezes é difícil e o pessoal não entende se não tiver a taxa não tem como
632 fazer o tratamento. E como o SAAE já é uma autarquia municipal, sem visar lucro,
633 realmente quase 60% sai mais barata do que a COPASA. André propôs o
634 encaminhamento, oficiar a COPASA como comitê para dar as explicações e nos dar
635 ciência dos andamentos desse projeto importante. Luiz Sérgio comentou que o contato
636 deve ser com a prefeitura, ela que tem que resolver isso com a COPASA, não nós do
637 comitê. André disse que estamos na qualidade de comitê auxiliando. Laene ressaltou
638 falando que a prefeitura não teve o retorno, o comitê vai fazer só o intermédio para
639 auxiliar a prefeitura a ter um retorno. Cleiton de PM de Ibiraci respondeu dizendo que
640 acionou o comitê porque o ribeirão do ouro deságua todo o esgoto dentro da Bacia dos
641 Afluentes do Rio Grande, faz parte sim do comitê nos ajudar, pediu ao comitê que
642 solicite um relato do cronograma que for mandar, e que seja um cronograma com o
643 período correto, com 10 anos pra esta construindo, executando toda a obra, não faça um
644 cronograma curto porque passa 4 anos rápido. A população esta cobrando os gestores da
645 prefeitura para providencias, o sistema de rede de esgoto de Ibiraci, já esta envelhecida
646 e esta rompida em vários pontos e a COPASA não faz manutenção e não faz rede de
647 esgoto, passam 3 cursos d'água dentro da cidade e a poluição é na área urbana,
648 causando doenças circulares hídrica, como a dengue. A mais ou menos 6 anos foi feito
649 um termo de ajustamento de conduta entre ministério público e a prefeitura tinha os
650 compromissos fez com a COPASA o contrato e foi apresentado em uma audiência
651 pública e a população vem cobrando, nesse contrato teve cronograma anterior de 4 anos
652 e teve renovação por várias questões, como finanças. O contexto é esse a população
653 cobra os gestores, cobra aqueles que são representantes de vários segmentos da
654 sociedade civil, do poder público. André salientou que somos poder público, e o comitê
655 se sentiu acionado para essa demanda, nos colocamos mais uma vez a disposição tanto
656 da COPASA quanto da Prefeitura de Ibiraci, contornarmos a situação, por que o que
657 interessa é o corpo hídrico livre da poluição. Laene citou outra demanda que veio do
658 CODEMA de Ibiraci sobre uma exploração de diamante na região. Cleiton explicou que
659 foi protocolado um projeto de extração de diamante no afluente do Rio Grande abaixo
660 da Mascarenhas, da Usina de Furnas, então não é do interesse do município de Ibiraci
661 deixar uma draga para mexer com o leito do rio, por isso o comitê foi acionado. André
662 explanou que contactou o Fernando da Supram Sul de Minas, e ele disse que não havia
663 nenhum empreendimento minerario cadastrado na Supram de Varginha. Foi feito uma
664 busca e o empreendimento esta cadastrado na Supram de Uberlândia. Laene fez um
665 adendo explicando que a única exploração dessa empresa é em Sacramento, então tem
666 várias poligonais registradas, mas que realmente esta licenciando para começar a fazer é
667 na cidade de Sacramento. André pediu para que o Fernando Supram Sul de Minas
668 falasse a respeito, iniciou falando que o município de Sacramento não é jurisdição da
669 Supram de Varginha, então de fato quando a pesquisa foi feita não foi encontrado.
670 Explicou que coincidentemente houve um recebimento de uma ligação de um
671 empreendedor, e a princípio o questionamento dele foi sobre pesquisas geológicas de

672 diamantes, e a fase de pesquisa de acordo com Deliberação Normativa 217, se não
673 houver supressão de vegetação nativa ou a guia de utilização que já permite uma
674 exploração, se for só furo de sondagem, amostragem de solo, de sedimento para
675 pesquisar se existe a viabilidade econômica isso é não passivo de licenciamento
676 ambiental junto a SEMAD, porque entende que o simples fato de fazer a amostragem e
677 coleta de sedimento para encaminhamento a laboratório, não tendo supressão de
678 vegetação nativa ou montante significativo de extração, não há o que se discutir de
679 viabilidade ambiental. Em relação à mineração a própria constituição caracteriza a
680 mineração como interesse público e social, então a atividade é lícita é um direito
681 garantido, se o empreendedor formalizar um processo de licenciamento ambiental na
682 Supram Sul de Minas, ele vai ter que ter a declaração do município atestando a
683 conformidade do empreendimento às leis de uso e ocupação do solo e vai avaliar a
684 viabilidade ambiental do empreendimento. Cleiton explicou que o empreendedor entrou
685 com o pedido do COPAM que o prefeito que emite liberando para a SUPRAM fazer a
686 liberação, o CODEMA está analisando delibera para o prefeito de Ibiraci fazer a carta
687 passando o direito de explorar o minério, estamos indeferindo, não é interesse do
688 município de Ibiraci ter uma draga instalada na Bacia. Já foram encaminhados todos os
689 ofícios e documentos sobre o processo para o Comitê. A draga vai remover o rejeito do
690 rio vai passar por processo e vai devolver ao rio. Fernando citou a Lei complementar
691 140/2011, onde ela fala que atividades potencialmente poluidoras, de impacto local ela é
692 competência originária do município, o Estado age quando o município não tem corpo
693 técnico capacitado para emitir uma licença ambiental. O município não manifestando o
694 interesse em fazer o licenciamento ambiental isso é competência supletivamente do
695 Estado. Cleiton informou que acionou o Ministério Público de Ibiraci essa questão, e a
696 área lá foi tombada, patrimônio histórico da cidade, então a briga vai longe. André
697 explicou que se o Poder público de Ibiraci tem o interesse de fazer algo para impedir
698 isso ele tem um passo ali que fecha a questão, ou seja, se tem um plano diretor, se tem
699 uma lei municipal. Foram feitos esclarecimentos sobre o empreendimento que é uma
700 mineração de diamante, segundo o empreendedor que foi fazer a apresentação para o
701 município de Ibiraci, teve vários questionamentos, é um trecho do Rio Grande abaixo da
702 ponte de Peixoto até na sequência da represa do Estreito, tem vários fatores, um é o
703 cânion desse trecho que é conhecido como patrimônio natural pelo lado de Ibiraci e pela
704 questão de turismo, pois toda essa orla é ocupada, e proposta apresentada foi
705 questionada onde iria ser o porto, onde seria feita a limpeza do óleo dessa barça e
706 abastecimento e essas questões foram ficando sem respostas, não sabiam justificar e
707 essa mineração o procedimento é devolver o cascalho onde provoca uma turbulência no
708 leito. Foi questionada quando for pedir a licença de mineração qual seria o volume e em
709 um determinado momento o valor triplicou do valor do volume da produção minerária
710 inicial apresentado. Além da questão ambiental, tem a cultural, patrimonial, turístico e a
711 população está demonstrando que não quer esse empreendimento no local. Fernando
712 (Supram Sul de Minas) ressaltou que poderá ter dificuldade em instalar o
713 empreendimento no local citado, pois pelas informações o empreendedor precisaria de

714 uma anuência de Furnas para poder exercer a atividade na área de app e até o momento
715 essa anuência não esta sendo emitida, então já existe uma restrição para o
716 empreendimento e compartilhou uma informação o código minerario é da década de 40
717 ele não tem um viés ambiental, por exemplo, a questão de água mineral existe brigas
718 que a água mineral não esta vinculada na política nacional dos recursos hídricos, não é
719 um bem direito de todos, um bem limitado, escasso, o código minerario diz o seguinte
720 você tem uma jazida de água mineral você pode esgotar ela até findar, é um minério,
721 não tem que fazer isso de forma sustentável a medida que tem a água disponível, não
722 tem nem outorga, você tem um DNPM para perfurar o poço e extrai a água mineral, não
723 tem uma outorga junto ao IGAM, tem todo um ajuste legal que deve ser feito para poder
724 atender aos anseios relacionados ao tema em questão. **Item 09 - Apresentação do**
725 **Plano Diretor da Bacia** – André informou que vem fazendo uma cobrança junto ao
726 IGAM de estar na reunião ordinária aproveitando o quórum para fazer a apresentação
727 do Plano Diretor, é o nosso instrumento legal para o acompanhamento das políticas
728 públicas em relação aos recursos hídricos, então é nossa ferramenta de trabalho, tem que
729 ser aprimorado, revisado, conter os dados do projeto Grande Minas, que foi um grande
730 levantamento que foi feito a respeito da Bacia, tem que ser complementado assim que
731 for necessário. André agradeceu aos representantes da SUPRAM Sul de Minas pelos
732 esclarecimentos pertinentes a questões que foram levantadas pelo comitê, e continuou
733 solicitando aos demais conselheiros na necessidade de uma reunião extraordinária para
734 que aconteça a apresentação do Plano Diretor da Bacia. Laene informou que há uma
735 dificuldade na apresentação do Plano, que consultou no site do IGAM, onde fala dos
736 instrumentos de gestão, e consta que não tem como instrumento de gestão, mas para o
737 IGAM, ele fez um levantamento e fez um plano diretor. Suelen complementou com
738 informações que esta sendo solicitado sempre o Plano diretor para uma análise prévia
739 antes da apresentação, porém o pessoal do IGAM alega que será mais clara a
740 apresentação presencial deles. Nos anos anteriores quando foi feito o levantamento do
741 Grande Minas foi solicitado pelo conselheiro Collares, que o próprio comitê elaborasse
742 o Plano Diretor, teve essa solicitação junto a ANA, mas não foi nos permitido o Plano
743 ser elaborado pelo próprio comitê. Era intenção utilizar todos os dados do Grande
744 Minas, um projeto excelente que tem diversos levantamentos a respeito do zoneamento
745 ambiental da nossa Bacia, e o IGAM fazer esse levantamento em cima do Rio Grande
746 como um todo, pegaram os planos já existentes no Rio Grande e ajustou para a
747 realidade do nosso comitê, então teremos que aguardar a apresentação do IGAM para
748 ver como foi elaborado esse Plano. André complementou sobre a interação com a
749 presidente da gestão passado sobre o Plano diretor, onde foi minutado com os dados do
750 Grande Minas, fornecido os dados para confecção do Plano Diretor, cabe a nos como
751 comitê deliberarmos todas as alterações que são necessárias para que seja
752 implementado, a questão de zoneamento dos corpos hídricos é essencial para
753 delimitarmos onde poderá ser realizado ou não qualquer atividade em nossa Bacia. Esta
754 sendo feito o contato para realizar essa apresentação, o IGAM pede que seja entre terça
755 e quinta feira, porque existe um problema do poder público estadual de fornecer

756 motorista, questão de pagando de horas extras, são regaras do poder público estadual e
757 eles querem cumprir, enquanto isso tentar viabilizar uma data entre terça e quinta para
758 apresentação desse plano. **Item 10 – Informes Gerais** – Laene informou que houve
759 publicações nos jornais e redes sociais sobre as solicitações que o comitê fez aos órgãos
760 sobre as barragens de nossa região. Foram publicadas na folha da manhã, versões online
761 e impresso, o Correio do Vale, se alguém tiver outro contato e possa encaminhar as
762 informações. Laene passou a palavra para os conselheiros para demais comunicados.
763 Foi sugerido independente da plenária tirar um dia, fazer um evento na universidade
764 para apresentação desse Plano. Para ter mais agentes multiplicadores. Suelen
765 complementou lembrando que já foi realizado um grande evento do comitê, onde foi
766 chamado todas as prefeituras, realizado na AMEG o dia todo, e foi apresentado o
767 trabalho, foi divulgado na mídia e aberto a comunidade. O conselheiro Célio
768 recomendou refazer o evento, pois há uma nova composição do conselho, uma nova
769 geração de estudante e profissionais. Informou que participa de outros comitês do lado
770 de São Paulo, e já estão no terceiro plano de Bacia do Sapucaí Mirim Grande e todo ano
771 faz-se os relatórios de situação e cada vez que faz essa apresentação que é muito
772 discutida pelos segmentos, e a colocação é mais para fortalecer e criar uma massa
773 crítica. Laene concordou que o plano deve ser dinâmico, sempre rever, vai depender das
774 ações que esta acontecendo na Bacia. Pretende-se fazer uma reunião grande para atingir
775 o máximo de pessoas possíveis. André ressaltou que a ideia era fazer uma audiência
776 pública, elegeríamos uma sede e faria com mídia presente, infelizmente o IGAM não
777 tem uma agenda que nos ajude a fazer um evento assim. André comentou sobre o
778 evento da Semana da Água que aconteceu em Belo Horizonte no dia 22 de março, na
779 Biblioteca Estadual, contou com a presença de autoridades e paralelo a isso aconteceu
780 no dia 22 uma audiência publica na ALMG que foi comandada e convocada pelo
781 Coronel Sandro, Deputado Estadual, ele tem se envolvido de forma positiva na questão
782 da gestão dos recursos hídricos. Os conselheiros Pedro Abelardo e Ronaldo,
783 representantes do SAAE-Passos, estiveram nos representando nesses eventos. Foi
784 disponibilizado o link de toda a audiência pública no grupo de whatsapp do Comitê.
785 André passou a palavra para o Pedro (SAAE) para compartilhar um pouco da reunião
786 com os demais conselheiros. Pedro (SAAE) disse que foi extraordinária e assustadora,
787 pois foi questionado que nossas águas estão acabando, tem Estado e capitais que tem
788 água só para mais 10 anos, Estado de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, e não
789 tem nem projetos para revitalização para aumentar a água, foram debatidos sobre os
790 projetos que estão sendo feitos, inclusive de Extrema que foi pioneiro no projeto na
791 Serra da Canastra que foi debatido, onde já apresenta resultado como exemplo de São
792 Paulo que pega a água em Extrema e manda para capital. Na audiência publica o
793 deputado coronel Sandro deixou as portas abertas e ficou de visitar nossa região para
794 ver como esta a degradação do meio ambiente, vimos que precisamos pedir mais
795 fiscalização em nossos rios, muitos fazendeiros não querem revitalização querem a
796 degradação, então fica difícil de trabalhar, é preciso fazer alguma coisa, daqui uns 50
797 anos no interior também não terá água se continuar assim. Isso foi discutido no

798 seminário, o que vamos fazer para manter essas águas daqui a 50 anos. **Item 11 -**
799 **Encerramento** – André agradeceu pelas colocações de Pedro, franqueou a palavra para
800 mais alguém do conselho, não havendo mais considerações, André encerrou a reunião
801 informando a previsão da próxima reunião que será em Cássia, agradeceu a paciência e
802 a presença de todos.

803

804 André Luiz Rodrigues

Laene Fonseca Vilas Boas

805 Presidente CBH GD7

Secretária CBH GD7